

# ESTADO DO MARANHÃO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 096 SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

SSAO LEGISLATIVA DA 15.º LEGISLATURA	
SUMÁRIO	
04 INDICAÇÕES	0
	0
os Alberto Milhomem (PFL) Presidente  1.° Secretário Deputado Joaquim Haickel 2.° Secretário Deputado Max Barros (PFL 3.° Secretário Deputado Geovane Castro	_) (PFL)
	,
11. Deputada Maura Jorge (PFL) 12. Deputado Max Barros (PFL) 13. Deputado Pedro Veloso (PSDC) 14. Deputado Reginaldo Nunes (PL) 15. Deputado Pavão Filho (PRONA) 16. Deputado Rigo Teles (PFL) 17. Deputado Rubens Pereira (PFL) 18. Deputada Telma Pinheiro (PFL) 19. Deputada Teresa Murad (PSB) 20. Deputado Wilson Carvalho (PFL) Vice-Lideres Deputado Antonio Bacelar (PFL)	
<ol> <li>Deputado Hélio Soares (PP)</li> <li>Deputado Humberto Coutinho (PTB)</li> <li>Deputada Janice Braide (PTB)</li> <li>Deputado José Lima (PV)</li> <li>Deputado Manoel Ribeiro (PTB)</li> <li>Deputado Paulo Neto (PSC)</li> <li>Deputada Socorro Waquim (PMDB)</li> <li>Deputado Soliney Silva (PP)</li> <li>Deputado Stênio Resende (PMDB)</li> </ol>	
Vice-Líderes Deputado Stênio Rezende (PMDB) Deputada Cristina Archer (PSDB) Deputada Socorro Waquim (PMDB)	
NTAR DE OPOSIÇÃO - BPO	
<ul><li>5. Deputado Luíz Pedro (PDT)</li><li>6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)</li><li>7. Deputado Rubem Brito (PDT)</li></ul>	
<u>Vice-Líder</u> Deputado Domingos Dutra (PT)	

#### <u>LIDERANÇA DO GOVERNO</u>

LíderVice-LíderesDeputado João Evangelista (PFL)Deputado Car

Deputado Carlos Braide (PMDB) Deputado Soliney Silva (PP) Deputado Pavão Filho (PRONA)



### COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

#### I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>

Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE

Pavão Filho (BPD) Carlos Braide (BPP) Mauro Bezerra (BPO) **Suplentes** 

Alberto Franco (BPP) Antonio Pereira (BPP) José Lima (BPP) Rubens Pereira (BPD)

Helena Barros Heluy (BPO)

#### II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

**Titulares** 

Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE

Soliney Silva (BPP) Rubens Pereira (BPD) Rubem Brito (BPO) <u>Suplentes</u>

Antonio Pereira (BPP) Socorro Waquim (BPP) Maura Jorge (BPD) Antônio Bacelar (BPD) Mauro Bezerra (BPO)

#### III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>

Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE

Rigo Teles (BPD) Manoel Ceará (BPP) Rubem Brito (BPO) <u>Suplentes</u>

Humberto Coutinho (BPP) Camilo Figueiredo (BPD) Socorro Waquim (BPP) Pavão Filho (BPD) Domingos Dutra (BPO)

#### IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

**Titulares** 

Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE

Pavão Filho (BPD) Cristina Archer (BPP) Luís Pedro (BPO) **Suplentes** 

Teresa Murad (BPD) Carlos Braide (BPP) Rubens Pereira (BPD) José Lima (BPP) Julião Amin (BPO)

#### V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>

<u>Suplentes</u>

Luís Pedro (BPO) - PRESIDENTE Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE

Teresa Murad (BPD) Manoel Ceará (BPP) Carlos Filho (BPP) Carlos Braide (BPP)
João Evangelista (BPD)
Maura Jorge (BPD)
Paulo Neto (BPP)
Fortunato Macedo (BPO)

#### VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

**Titulares** 

Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE Elígio Almeida (BPP)

João Evangelista (BPD) Wilson Carvalho (BPD) **Suplentes** 

Camilo Figueiredo (BPD) Manoel Ceará (BPD) Stênio Resende (BPP) Cristina Archer (BPP) Fortunato Macedo (BPO)

#### VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE

Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE

Rigo Teles (BPD)

Rubens Pereira (BPD)

Deusdedith Sampaio (BPP)

Paulo Neto (BPP)

Antonio Bacelar (BPD)

Antonio Bacelar (BPD)

Julião Amin (BPO)

Luís Pedro (BPO)

#### VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTECarlos Braide (BPP)Fortunato Macedo (BPO)Humberto Coutinho (BPP)Deusdedith Sampaio (BPP)João Evangelista (BPD)Carlos Braide (BPP)Antônio Bacelar (BPD)Teresa Murad (BPD)Helena Barros Heluy (BPO)

#### IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE

Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE

Paulo Neto (BPP)

Wilson Carvalho (BPD)

Antônio Bacelar (BPD)

Janice Braide (BPD)

Rigo Teles (BPD)

Elígio Almeida (BPP)

Deusdedith Sampaio (BPP)

Maura Jorge (BPD)

#### X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE

Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE

Socorro Waquim (BPP)

Carlos Filho (BPD)

Domingos Dutra (BPO)

Cristina Archer (BPP)

Alberto Franco (BPP)

Rigo Teles (BPP)

Wilson Carvalho (BPD)

Rubem Brito (BPO)

#### XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE

José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE

Paulo Neto (BPD)

Janice Braide (BPD)

Carlos Filho (BPP)

Domingos Dutra (BPO)

Cristina Archer (BPP)

Paulo Neto (BPD)

Pavão Filho (BPD)

Teresa Murad (BPD)

Luís Pedro (BPO)

#### XII - Comissão de Ética.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE

Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE

Wilson Carvalho (BPD)

João Evangelista (BPD)

Julião Amin (BPO)

Rigo Teles (BPD)

Alberto Franco (BPP)

Paulo Neto (BPP)

Helena Barros Heluy (BPO)

#### XIII - Comissão de Economia, Industria e Comércio.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE

Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE

João Evangelista (BPD)

Camilo Figueiredo (BPD)

Mauro Bezerra (BPO)

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE

Manoel Ceará (BPP)

Pavão Filho (BPD)

Teresa Murad (BPD)

Fortunato Macedo (BPO)

#### XIV - Comissão de Legislação Participativa.

<u>Titulares</u> <u>Suplentes</u>

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE Elígio Almeida (BPP)
Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE Stênio Resende (BPP)
Camilo Figueiredo (BPD) João Evangelista (BPD)
Deusdedith Sampaio (BPP) Wilson Carvalho (BPD)
Janice Braide (BPP) Mauro Bezerra (BPO)

#### SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14/09/2004 - 3.ª FEIRA

#### **GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

**DEPUTADO** 

#### TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

#### ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2004.-3<sup>2</sup> FEIRA

#### MEDIDA PROV ISÓRIA EM VOTAÇÃO ÚNICO TURNO

MEDIDA PROVISÓRIA N° 005/04, capeada pela Mensagem n° 069/04, que Dispõe sobre a transferência de parcela dos depósitos judiciais, em recursos monetários, da conta de depósitos judiciais do Poder Judiciário, para a conta do Tesouro Estadual, sobre a gestão desses recursos e dá outras providências. – Oferecido parecer favorável pela Comissão Especial designada. – Relator: Deputado Manoel Ribeiro.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO EM VOTAÇÃO EM 1º E 2º DISCUSSÃO

PROJETO DE RESOLUÇAO LEGISLATIVA Nº 011/04 da Mesa Diretora, que Dispõe sobre a criação da Assessoria Legislativa, respectivos cargos e dá outras providências. – Oferecido Parecer Favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final, Orçamento e Administração Pública, em conjunto. – Relator Sr. Deputado Carlos Braide.

#### PARECERES EM VOTAÇÃO ÚNICO TURNO

Parecer nº 169/04, da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, que rejeitou e considerou inconstitucional o Projeto de Lei nº 064/04, de autoria do Sr. Deputado Reginaldo Nunes, que Institui a instalação pelos órgãos públicos, de postos médicos nos Shopping Centers, da Capital e do interior para atendimento de emergência. – Relator: deputado Mauro Bezerra. - O autor recorreu ao Plenário da decisão da Comissão, conforme art. 175, § 4º, R.I. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE "QUORUM".

Parecer nº 167/04, da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, que rejeitou e considerou inconstitucional o Projeto de Lei nº 025/04, de autoria do Sr. Deputado Pavão Filho, que dispõe sobre a transferência de posse e benfeitorias para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Panaquatira e Itapari. — Relator: Deputado Mauro Bezerra. - O autor recorreu ao Plenário da decisão da Comissão, conforme art. 175, § 4º, R.I.

TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA SESSÃO ANTERIOR POR FALTA DE "QUORUM".

## PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:

**DATA:** 14/09/2004 - 3° FEIRA:

#### **URGÊNCIA 1ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 123/04, encaminhado pela Mensagem Governamental nº 071/04, que institui a Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Maranhão, e dá outras providências

#### ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

- 1. PROJETO DE LEI Nº 121/04, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de Utilidade Pública, a Associação Comunitária dos pescadores de Frexeira, com sede e foro em Água Doce do Maranhão-MA.
- 2. PROJETO DE LEI Nº 122/04, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que dá nova redação à Lei nº 5.095, de 15 de abril de 1991, que dispõe sobre a implantação do sistema de meia-passagem nos transportes coletivos, entre os municípios de São Luis, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, nas linhas compreendidas como semi-urbanas e dá outras providências.

#### ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

- 1. PROJETO DE LEI Nº 119/04, de autoria do Senhor Deputado Domingos Dutra, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Moradores do Alto Turú I, II e III, com sede e foro em São José de Ribamar-MA.
- 2. PROJETO DE LEI Nº 120/04, de autoria do Senhor Deputado Max Barros, tornando obrigatório que a empresa concessionária de serviço público de telefonia fixa no Estado do Maranhão, responsável pela emissão da fatura telefônica, forneça informações detalhadas referentes aos "pulsos" efetuados pelo consumidor e dá outras providências.
- 3. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA nº 011/04, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre a criação da Assessoria Legislativa, respectivos cargos e dá outras providências.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 13 de setembro de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Septuagésima Sexta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em treze de setembro do ano dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem. Primeiro secretário deputado Joaquim Nagib Haickel.

Segundo secretário deputado Elígio Almeida.

Às dezesseis horas, presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Cristina Archer, Domingos Dutra, Elígio Almeida, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Janice Braide, Joaquim Nagib Haickel, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Mauro Bezerra, Max Barros, Reginaldo Nunes, Rigo Teles e Soliney Silva.

Ausentes: Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Carlos Filho, César Pires, Deusdedith Sampaio, Francisco Gomes, Geovane Castro, Hélio Soares, Humberto Coutinho, João Evangelista, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Maura Jorge, Paulo Neto, Pavão Filho, Pedro Veloso, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim (com justificativa), Stênio Rezende, Telma Pinheiro, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

#### I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO ELÍGIO ALMEIDA – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO JOAQUIM NAGIB HAICKEL – (Lê Expediente).

#### II - EXPEDIENTE

#### **REQUERIMENTO Nº 177/04**

Senhor Presidente

Na forma do art. 141, V, do Regimento Interno, requeiro a V. Exa. que, após ouvido o Plenário, seja votada em regime de urgência de urgência o Projeto de Resolução n° 011/04 na sessão extraordinária que fica de logo convocada a realizar-se logo após a presente sessão.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 13 de setembro de 2004. ELÍGIO ALMEIDA - Deputado Estadual. TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRESENTE SESSÃO POR FALTA DE "QUORUM" REGIMENTAL.

EM: 13.09.04

#### INDICAÇÃO Nº 957 / 04

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro à Vossa Excelência, que após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Senhor Gerente Geral da TELEMAR no Maranhão – Dr. Alceu Venturoso Júnior, solicitando providências no sentido de implantar o sistema de TELEFONES PÚBLICOS (Orelhões), no Povoado Borges / Prainha no Município de Cândido Mendes, beneficiando 120 (cento e vinte) famílias. Considerando a importância desse canal de comunicação para o desenvolvimento da Comunidade, como forma de reduzir distância e operar desenvolvimento, é de extrema necessidade a disponibilização do referido sistema, o que facilitará a todos, imediata comunicação sobre assuntos de seus interesses cotidianos.

Solicitamos portanto, a sua especial atenção com o objetivo de incluir o nosso pleito no Plano Geral de Expansão da TELEMAR, para o exercício do ano 2004.

Plenário "Gervásio dos Santos do Palácio MANOEL BEQUIMÃO, Em São Luís, 02 de Setembro de 2004.TELMA PINHEIRO RIBEIRO - Deputada - PFL - "O Senhor dos Exércitos está conosco "Sl.46.7(a).

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

#### INDICAÇÃO Nº 958 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requeiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador José Reinaldo Tavares, solicitando que determine Secretário de Segurança, Dr. Raimundo Cutrim, a adoção das providências necessárias para instalação do um policiamento permanente no Povoado Córrego Novo, Município de Açailândia, a fim de proteger a população dessa localidade e comunidades vizinhas que estão ameaçadas pelas constantes invasões de assaltantes e pistoleiros que infestam aquela região.

A periculosidade desses bandidos que sempre chegam atirando com armas pesadas e fazendo pessoas inocentes de refém durante os assaltos, tem levado um verdadeiro terror aos habitantes da região, fazendo com que todos tenham medo de saírem de suas casas, inclusive as crianças já não estão indo a escola com medo do pior, conforme abaixo-assinado anexo.

Desta forma, apelamos a Sua Excelência, o Doutor José Reinaldo Tavares, no sentido de atender a presente solicitação, de maneira a garantir a segurança pública da população daquela região, que hoje vive num total clima de insegurança.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 02 de setembro de 2004. DEUSDETE SAMPAIO - Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

#### PARECER Nº 005/2004

#### RELATÓRIO:

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em cumprimento ao que prescreve o art. 64,inciso XIV, da Constituição Estadual, apresentou a esta Casa Legislativa, a Prestação de Contas, referente ao exercício 2003, integrada pelo Balanço Geral do Estado e seus demonstrativos orçamentários, financeiros e patrimoniais, sob a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, Doutor José Reinaldo Tavares, o Chefe do Poder Legislativo, sob a responsabilidade do Senhor Deputado Carlos Alberto Milhomem, do Chefe do Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Senhora Desembargadora Etelvina Ribeiro Gonçalves, do Procurador Geral de Justiça, sob a responsabilidade do Senhor Procurador Doutor Raimundo Nonato de Carvalho Filho, respectivamente.

O processo em exame vem composto de uma vasta documentação representada por Demonstrativo do Comportamento das Receitas e Despesas, Balanço Orçamentário e Financeiro e do Balanço Patrimonial.

Cumpre ressaltar que nos termos do art. 51 inciso I e II, da Carta Magna Estadual, a Prestação de Contas em consideração foi encaminhado ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado, para apreciação, mediante parecer prévio, tendo aquela Corte recomendado sua aprovação, conforme parecer prévio nº 152/2004, da lavra do Ilustre Conselheiro EDMAR SERRA CUTRIM, Relator do processo, que nos seus termos concluí: "pela aprovação das Contas, visto que estas representam, adequadamente, a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos respectivos Poderes e do Ministério Público, em 31 de dezembro de 2003, e os resultados das operações está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública".

Por fim, as referidas contas permaneceram, durante 30 (trinta) dias, na Assembléia Legislativa, à disposição dos contribuintes, cumprindo, o que determina o artigo 53, § 3°, da Constituição Estadual, estando, portanto, em condições de deliberação.

#### VOTO DO RELATOR:

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da prestação de contas do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Órgão do Ministério

Público, referentes ao exercício financeiro de 2003, por meio do Projeto de Decreto Legislativo a seguir apresentado:

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 002 / 2004

Aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado, dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de Contas, referente ao exercício financeiro de 2003, do Poder Executivo, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor José Reinaldo Tavares, do Poder Legislativo, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Deputado Carlos Alberto Milhomem, do Poder Judiciário sob a responsabilidade da Excelentíssima Senhora Desembargadora Etelvina Ribeiro Gonçalves, e do Chefe do Ministério Público, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Procurador – Geral de Justiça, Doutor Raimundo Nonato de Carvalho Filho, nos termos dos Pareceres do Egrégio Tribunal de Constas do Estado, que apreciou os Autos do Processo nº 7290/2004 - TCE, e da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

É o voto.

#### PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, votam pela APROVAÇÃO da Prestação de Contas do Governo do Estado, dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO "LÉO FRANKLIM", em 09 de setembro de 2004.

Dep. PAULO NETO –PRESIDENTE e RELATOR

Dep. SOLINEY SILVA

Dep. MAURO BEZERRA

Dep. RUBENS PEREIRA

De conformidade com o que dispõe o § 1º, do artigo 6º, da Resolução Legislativa nº 450/2004, encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça, para exame e parecer Medida Provisória nº 02 de 29 de julho de 2004.PLENÁRIO DEPUTADO" GERVÁSIO SANTOS", em 09 de setembro de 2004. DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Presidente.

De conformidade com o que dispõe o § 1º, do artigo 6º, da Resolução Legislativa nº 450/2004, encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça, para exame e parecer Medida Provisória nº 03 de 29 de julho de 2004. PLENÁRIO DEPUTADO" GERVÁSIO SANTOS", em 09 de setembro de 2004.

De conformidade com o que dispõe o § 1º, do artigo 6º, da Resolução Legislativa nº 450/2004, encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça, para exame e parecer Medida Provisória nº 04 de 03 de agosto de 2004 - PLENÁRIO DEPUTADO" GERVÁSIO SANTOS", em 09 de setembro de 2004. DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Presidente

De conformidade com o que dispõe o § 1º, do artigo 6º, da Resolução Legislativa nº 450/2004, encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça, para exame e parecer Medida Provisória nº 06 de 24 de agosto de 2004. - PLENÁRIO DEPUTADO" GERVÁSIO SANTOS", em 09 de setembro de 2004. - DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Presidente.

#### RELATÓRIO DO V ENCONTRO DA UNIÃO NACIONAL DE TAQUÍGRAFOS

PARTICIPANTES:

TEONILIA SOEIRO BALBY DE OLIVEIRA KARLAGEOVANINE SILVA SANTOS JOANA MARIA SERRÃO MARTINS

Este encontro foi realizado em Brasília nos dias 27, 28 e 29 de agosto do ano de 2004, no auditório do Hotel Aracoara. Compareceram representantes de todas as Assembleias, Senado Federal, Tribunais e Câmaras de Vereadores do Brasil, exceto o Estado do Ceará.

Foram discutidos no dia 27 a regulamentação da profissão de taquígrafo e a necessidade da criação de escolas taquígraficas em todos os estados. No dia 28 foi tratado o relato das diferentes realidades dos estados, os Planos de Cargos e Carreiras; Estatuto do Taquígrafo e a votação e posse dos membros da UNATAQ, (Associação Nacional dos Taquígrafos), assim como os avanços da tecnologia aprimorado com a taquigrafia, o sistema de via voz que ainda não é a adaptado para taquigrafia. Outros assuntos que fizeram parte da pauta: diferença salarial, espaço físico de trabalho, horas extras,insalubridade etc.. Foi feita a nova eleição e posse da diretoria provisória e cada estado ficou representado pelos taquígrafos que estavam presentes. Ficou decidido que só pode ser chefe ou diretor de taquigrafia quem for taquígrafo. Também ficou decido o VI Encontro Da União Nacional dos Taquígrafos que será sediado em Salvador-BA em agosto de 2005, No dia 29 foi o encerramento do encontro, houve a divulgação do III Congresso International de Taquigrafia Parlamentar e Judicial que será sediado no Uruguay nos dias 12,13,14 de novembro de 2004. Por fim retornamos

no dia 29 de agosto de 2004 convictos de que conseguiremos alcançar nossos objetivos e melhoria da taquigrafia com a ajuda deste Poder para podermos realizar um trabalho de qualidade. Na oportunidade sugerimos que haja um trabalho de Desenvolvimento Organizacional (estimular a busca de auto-análise,promover espírito de equipe,facilitando soluções para conflitos,exercitar o trabalho em grupo e equipe,desenvolver habilidades criativas e flexibilidades na relações).

São Luís,01 de agosto de 2004.

Tenília Soeiro Balby de Oliveira Chefe de Seção de Taquigrafia

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação.

#### **III - PEQUENO EXPEDIENTE**

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM –Com a palavra o senhor deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. O Jornal Pequeno de domingo, traz uma matéria cuja a manchete é a seguinte: "Procuradoria da República inicia investigação sobre venda do BEM". E diz agui que a Procuradoria solicitou e recebeu do Governador José Reinaldo uma pilha de documentos a respeito da venda do Banco do Estado. Ora, fui um dos mais ásperos críticos da venda do Banco do Estado e do empréstimo que foi tomado das mazelas praticadas pela Diretoria do Banco do Estado ao longo de quase 10 anos e que tiveram tintas mais fortes exatamente nos dois últimos anos que antecederam a sua federalização. O Estado tomou recursos emprestados do Banco Central para sanear o Banco do Estado e depois, em função do seu saneamento, promoveu a sua privatização. Ora, eu me recordo que pela programação ingressaram nos cofres do Banco do Estado trezentos e trinta e três milhões de reais. Em novembro de 99 o leilão foi marcado Fechou-se o balanço do ano de 99 com o patrimônio líquido do banco já positivo e foi marcado o leilão para abril do ano de 2000. A princípio três bancos se interessaram, na hora do leilão tinha apenas inscritos o Bradesco e o Bradesco, mas na hora não compareceu. E pela autorização que o Senado havia dado e pelas condições que os recursos foram emprestados, o banco, se não fosse privatizado até o final do mês de junho, teria que ser federalizado, teria que passar o controle da União até porque o Estado oferecera como uma das garantias, além de oferecer todas as receitas do Estado, receitas próprias e transferências constitucionais, ofereceu também ações do Banco do Estado. E mais, parte, também, dos recursos que seriam oriundos da venda da CEMAR para quitar ou diminuir o valor desse empréstimo. E isso foi feito. O relatório, e talvez isso seja uma das coisas mais

graves que revela esta matéria do Jornal Pequeno, diz o seguinte: "O Ministério da Fazenda ao analisar o pedido da governadora em 30 de junho de 1998, concedeu empréstimo de duzentos e setenta e cinco milhões, sendo duzentos e vinte e cinco milhões destinados a capitalização do BEM e mais cinquenta milhões destinados a compra da carteira imobiliária do Banco, na realidade isso nem ocorreu porque os duzentos e setenta e cinco milhões já foram só para sanear o banco, já não davam mais para cobrir o buraco e o Estado teve que entrar com mais cinquenta e oito milhões que somados aos duzentos e setenta e cinco completaram-se os trezentos e trinta e três milhões para poder comprar a carteira de crédito habitacional do banco. E o grave está aqui. Ao analisar o pedido, no entanto, técnicos da Fazenda advertiram que não foi apresentada uma análise de custo beneficio da operação de forma a assegurar que os custos do empréstimo sejam suplantados pelos benefícios decorrentes da extinção do banco, ou seja, não foi avaliado o gasto despendido para sanear o banco e o que foi conseguido com sua venda deixando transparecer que o Estado queria se ver livre do banco a qualquer custo e a qualquer preço. Olha, eu posso dizer é com tristeza que a gente perde um banco, um Estado como o Maranhão perde o seu banco, mas posso dizer que hoje eu estou de peito lavado porque tudo o que está aqui eu denunciei na época. E mais grave, o senhor Pantoja que era o delegado da governadora no Banco do Estado era o presidente irremovível e inafastável do banco. Nos seis últimos meses de administração, entre janeiro e julho do ano de 2000, ao entregar o banco ao Banco Central, ele entregou também um balanço onde registrava-se um lucro de dois milhões e trezentos mil reais dos quais ele teve um participação dos lucros e levou quarenta mil reais de bonificação. E o Sindicato dos Bancários, logo no começo de agosto, procurou a direção do banco para cobrar um acerto feito a nível nacional entre a FEBRABAN e a FENABAN, a Federação dos Bancos e a Federação do Sindicato dos Bancários, cobrar um reajuste de 5% e a Diretoria do Banco do Estado, a nova Diretoria do Banco do Estado nomeada pelo Banco Central, foi bem clara ao dizer que não podia pagar aquele reajuste porque o banco estava em prejuízo. E o Sindicato diz, mas como prejuízo, ingressou no banco trezentos e trinta e três milhões de reais em novembro do ano passado. Foi tudo saneado, o banco com um patrimônio líquido positivo de cinquenta e seis milhões e agora, agora há um mês atrás esta Diretoria que saiu e entregou um balanço mostrando um lucro líquido de dois milhões e trezentos mil reais. Nós vamos entrar em greve. E o que fez a Diretoria? A Diretoria do banco ingressou com uma ação de dissídio coletivo no Tribunal do Trabalho, pedindo inclusive que essa ação tramitasse em segredo de justiça para evitar que o banco tivesse quebra, quebra de confiabilidade, quebra do seu valor venal. E essa ação, o Banco do Estado, a Diretoria dizia o seguinte: "Ao receber este balanço de dois milhões e trezentos mil reais, o Banco Central mandou fazer uma auditagem e veio aqui não o escritório de Fortaleza do Banco Central que costumeiramente referendava tudo o que era feito pela

Diretoria anterior, veio dessa vez o escritório de Belo Horizonte e constatou que ao invés de um lucro de dois milhões e trezentos mil reais o banco, em seis meses, tivera um prejuízo de vinte e um milhões. E o senhor Pantoja saiu do banco porque foi federalizado e recebeu como prêmio da governadora ser diretor financeiro do SEBRAE se me parece, se não me falha memória continua lá até hoje. Mas outra denúncia que fiz aqui, também com relação ao Banco do Estado, é que todo o ICMS do Estado é recolhido no Banco do Estado do Maranhão e havia uma previsão do ano de 99 para 2000, previsão que extrapolou todos os limites, uma previsão do crescimento de 18% na arrecadação de ICMS. Veja bem, o banco era para ter sido privatizado desde de 99. O governo do estado já previa que a partir de 2000 o ICMS cresceria 18%. O quê que aconteceu? Em junho mudou a diretoria, no final do ano apuraram o crescimento do ICMS, ao invés de 18% cresceu para 38% e nenhum fato econômico ocorreu no Estado que justificasse esse aumento de arrecadação, a não ser, e eu disse isso aqui nesta tribuna e está nos Anais desta Casa, eu disse aqui: a não ser que a Diretoria do Banco do Estado desviava os recursos de arrecadação do ICMS e é isso que tem que ser apurado, não é só apenas a irregularidade da venda, não é só apenas não justificar trezentos e trinta e três milhões investidos, para arrecadar oitenta, mas o Banco do Estado foi uma espécie de sumidouro para a arrecadação do ICMS do Estado. Não há nenhuma explicação, e eu espero que isso também seja investigado pelo Ministério Público Federal, que agora investiga a venda do BEM. Investiguem esses balanços facciosos, fraudados e que também investigue o sumiço, o desaparecimento das nossas receitas de ICMS. Eu acho que o Dr. Pantoja e a diretoria antiga do banco vai ter que prestar muitas contas ao Ministério Público Federal e à justiça. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM- Com a palavra o deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador)- Senhor presidente, senhores deputados, inicialmente eu quero lamentar aqui a morte prematura do jornalista Oliveira Ramos, que faleceu ainda pouco no hospital UDI. Quero transmitir aqui a minha solidariedade a família Oliveira Ramos e extensivo a toda imprensa do Maranhão, que está consternada pelo falecimento do jornalista Oliveira Ramos. Em segundo lugar, senhor presidente, hoje pela manhã houve uma reunião dos professores com o Ministério Público. E lamentavelmente não houve ainda um acordo que pusesse fim a essa greve. Os promotores que estão cuidando do inquérito civil, apresentaram cinco propostas para o governo, para se por fim a essa greve. E a primeira proposta diz respeito ao pagamento do acordo salarial previsto na lei 7885/03, que, segundo o Ministério Público, estão propondo que seja pago em oito parcelas a partir da primeira quinzena de 2005. Infelizmente, o Governo do não conseguiu acertar esse acordo, a greve

continua, e nós, eu, o deputado Aderson, deputada Janice, deputado Alberto Franco na quinta-feira abrimos um canal de negociação com o secretário Pedro Maranhão, tivemos uma reunião até às 22:00 horas de quinta-feira para ver se havia possibilidade de algum acordo. O Dr. Pedro Maranhão que assume agora a política do governo tem mais trânsito e entendeu que esse assunto, é um assunto também de natureza política e que o governo do Estado não pode prolongar essa agonia que envolvem milhares de professores, pais e alunos. Os professores estão novamente na frente dessa Casa, brevemente as medidas provisórias serão votadas e daqui a pouco a Comissão que a Mesa designou para acompanhar esse conflito vai se reunir novamente com o Dr. Pedro Maranhão, onde nós esperamos que haja uma solução para este impasse que hoje afeta a vida de toda a população maranhense. Portanto, daqui a pouco nós vamos fazer essa reunião e esperamos comunicar aos professores que seja um resultado positivo. Eu quero registrar também aqui, senhor presidente, a presença do Dr. Franklin Douglas, que é jornalista e que é candidato a vereador pelo PT, vai ser eleito se Deus quiser e os eleitores de São Luís, e do jornalista Genilson que é candidato a prefeito de São Mateus, que vai governar aquela importante cidade do Mearim. Por último senhor presidente, eu quero aqui parabenizar o Ministério Público Federal pela abertura de inquérito para apurar finalmente o escândalo da venda do Banco do Estado do Maranhão. Este assunto que já vem sendo tratado há anos, finalmente agora depois que o governador resolveu dar caráter oficial às denúncias que a oposição vinha fazendo, o Ministério Publico abriu um procedimento, o governador pelo que diz o jornal, já encaminhou toda a documentação relativa a esta venda escandalosa e nós esperamos que o Ministério Público Federal com a independência que lhe é peculiar, pela seriedade do trabalho que o Ministério Público possa ir até as últimas consequências a ponto de tornar a governadora Roseana Sarney, imprópria de disputar eleições daqui para frente, porque se for a fundo, deputado Aderson, não há como ela escapar de uma ação de improbidade administrativa, porque não é possível que em todo o Brasil hajam ações moralidade avançada e que o Maranhão seja o único estado onde escândalos e mais escândalos se sucedem e essas pessoas que praticam os mais variados crimes com dinheiro público no exercício do cargo, continuam debochar do povo maranhense. Eu estou animado assim como deputado Aderson, que o Ministério Público não pare, espero que Supremo Tribunal Federal julgue improcedente a ação do deputado Remi Trinta, para que o Ministério Público continue tendo autonomia para abrir procedimento e para fazer investigações principalmente que digam respeito aos interesses públicos, espero que o Ministério Público Estadual adote o mesmo procedimento, que abra um procedimento para a estrada do Arame, porque não é comum, não é normal que o Estado do Maranhão tenha pago trinta e três milhões de reais por um estrada que não foi feita e esse assunto passou a ser como se fosse algo legal, normal e lícito. É importante que o Ministério

Público Estadual e até o Federal abra um procedimento para o pólo de confecção de Rosário, que está lá totalmente abandonado, mais de trezentos milhões de reais foram gastos ali, roubados e está lá a fábrica de Rosário quase que fechada, da mesma forma o pólo confecção de São Luís, 800 famílias estão endividadas, mais de oitenta milhões de reais foram desviados pela conivência da governadora Roseana. Portanto, eu espero que o Ministério Público Federal não pare, agilize, acelere e que o Ministério Público Estadual tenha o mesmo comportamento, siga o mesmo exemplo, tomando as medidas que a lei determina para ressarcir o patrimônio público que foi dilapidado vergonhosamente durante oito anos da governadora Roseana. Obrigado, senhor presidente

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Senhor presidente, apenas para fazer um registro e fazer justiça. Eu quero registrar que esta matéria do jornal Pequeno é de autoria do jornalista Jorge Vieira, que pesquisou e produziu esta matéria tão importante para todos nós nesse dia. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ordem do dia, não há número para deliberar. Eu chamo atenção desta Casa para um fato que vem acontecendo, que está passando despercebido por todos. Depois que a ponte do Estreito dos Mosquitos cedeu, na 1ª sessão útil, na 1ª sessão que teve após o fato, eu chamei atenção que ia ser declarada emergência para os reparos da ponte, e que a empresa que iria ganhar a concorrência seria Heleno e Fonseca, e o fato aconteceu. Isto não são novos tempos, são velhos tempos. Inclua-se na ordem do dia da sessão ordinária de amanhã, o projeto de resolução n° 011/04, da Mesa Diretora, que cria a assessoria legislativa

#### **IV - GRANDE EXPEDIENTE**

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Grande expediente, não há orador inscrito. Tempo dos partidos. BPO. Com a palavra o deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA (sem revisão do orador) — Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Quero com pesar no início desta minha fala, registrar com pesar o falecimento do companheiro jornalista Oliveira Ramos, aqui anunciado pelo companheiro Dutra, uma das inteligências do jornalismo do Maranhão. Mas senhor presidente, senhores deputados, é com tristeza deputado Aderson Lago, que eu venho hoje aqui falar sobre o Maranhão que tem sido, tem se transformado permanentemente em manchetes nacionais. Começou, eu me recordo, há anos a imprensa nacional deu destaque a um fato de que a polícia batia em dois assaltantes dentro de uma canoa, com os remos; se bem que o ladrão não perdoa nossas vidas, nem o nosso patrimônio e nem a nossa família, mas a imprensa

nacional não gostou. Depois, eu vejo nas páginas dos jornais, eu vejo na imprensa, eu vejo na Rede Globo o nosso Palácio dos Leões, um dos mais bonitos do Brasil, transformado num hotel cinco estrelas, e eu vejo o Palácio Cristo Rei na novela transformado em uma pousada. E vêm mais assuntos aí na imprensa nacional, aí destaca a ponte e os jornais de São Paulo perguntaram: Será que uma cidade hoje de quase um milhão de habitantes tem apenas uma ponte como saída e como entrada? É verdade, temos apenas uma ponte, a outra não foi concluída, a outra inclusive, merece um profundo estudo, o aprofundamento da denúncia feita há dias e agora reiterada pelo nosso presidente, deputado Carlos Alberto Milhomem, de que a carta já estava marcada para que a construtora Heleno Fonseca ganhasse a continuação dos trabalhos. E sucedem as manchetes nacionais, não só pela televisão, mas no noticiário das revistas. Eu estou lendo aqui na revista Veja da semana passada, há um destaque aqui, o Resolvedor República que é o senhor Antônio Carlos Castro, o Kakay. Não é deputado? O Kakay como ele é conhecido. E o Kakay... aqui fala que o Kakay conseguiu liberar um milhão e quatrocentos mil reais da LUNUS, que também foi manchete nacional durante um mês. Ele foi lá e resolveu. Conseguiu derrubar o dinheiro. E o senhor Kakay deputado Aderson Lago, é um homem importante.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO -Conceda-me um aparte deputado?

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA - Pois não.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LADO (aparte) - Deputado, ele liberou o dinheiro e trancou os documentos para ninguém ver. V. Exa. faltou registrar isto.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA - Fica registrado então. Mas, o senhor Kakay é um advogado importante. A matéria, é 'Resolvedor da República'. E ele só tem cliente importante: Antônio Carlos Magalhães, Jorge Murad, Roseana Murad, o Cacciola, aquele italiano São os clientes dele. E ele ganhou até um pedaço do sítio de Pericumã, está aqui na Revista Veja da semana passada, não estou inventando nada. Mas senhor presidente, justiça se faça, o Maranhão vive nas manchetes nacionais nos momentos em que se realiza o São João e no carnaval, vive nas manchetes. Só que é uma pena, enquanto o deputado Manoel Ribeiro pega a sua empresa e bota para transmitir o carnaval 24 horas para o país, não é ele que está ganhando dinheiro não, são os donos do São João e do carnaval. Os brincantes só tem um direito, é de brincar e receber o dinheiro da cachaça, mas os donos do carnaval e do São João recebe o dinheiro e ainda existe pessoas... eu repito, eu elogio, o deputado Manoel Ribeiro põe a sua empresa em manchete nacional para transmitir mas não é ele quem ganha o dinheiro não. O dinheiro é para os donos do São João e do carnaval. Mas aí senhor presidente, me chamou atenção o Globo Repórter, está aqui gravado de sexta-feira passada, um assunto: "As crianças do

Maranhão". E diz a matéria, que o Maranhão é campeão de denúncias contra as crianças, estupros de crianças. É campeão de denúncias, e mais uma vez as manchetes, a história do mecânico Francisco das Chagas, que é o serial killer maior do Brasil hoje e só contra crianças. E o Globo Repórter faz a seguintes matérias: uma, sobre o senhor Sebastião do Coroado, mostrando crianças, dando depoimento e sobre Paulino Neves, o prefeito. Não adiantou deputada Helena Heluy, o trabalho da comissão presidida por V.Exa. Não adiantou porque a Assembléia fez o seu papel, deputada Helena Heluy, deputado Aderson Lago, deputado César Pires, deputada Socorro Waquim, deputada Telma Pinheiro, a Assembléia não vai ser acusada de que foi omissa, essa equipe trabalhou. Essa equipe ficou dia e noite, passou fome aqui trabalhando para produzir um documento. Para que serviu deputado Aderson? Para que serviu deputada Helena Heluy, o documento? Eu ouvi na matéria o seguinte, há uma promotora no Maranhão chamada Lídia Cavalcante, que vem denunciando, denunciando e nada acontece. Eu ouvi na matéria uma acusação de que o Ministério Público e a Polícia Federal ficam em um jogo de empurra e não se resolve nada. Eu ouvi na matéria e está aqui gravada, do Globo Repórter, que 104 denúncias promovidas pela entidade da Espanha, sobre o Brasil e que foi entregue para o governo brasileiro e muitas das 104 denúncias são daqui do Maranhão, e que se fez? Nada. Pouco adiantou o trabalho da Assembléia, mas um dia deputada Helena, a justiça, não a justiça que está aí, mas a justiça da história, vai dizer o seguinte: A Assembléia não foi omissa, a Assembléia através da sua comissão trabalhou e produziu as denúncias, mas o PFL continua dando guarida ao senhor Sebastião do Coroado, que deve ser eleito a vereador de São Luís mais uma vez, e o prefeito de Paulino Neves. Existe uma denúncia de uma delegada chamada Ana Carla Silvestre, de que jamais conseguiu ouvir o prefeito, porque a justiça nunca permitiu, forneceu todos os habeas corpus que ele queria, mas as crianças produziram as denúncias. Senhor presidente, senhores deputados, é um assunto da mais alta gravidade e aqui eu quero ao elogiar o trabalho desta Casa, ao condenar o trabalho das nossas autoridades que nada fazem, eu quero encaminhar à deputada Helena Heluy a cópia do Globo Repórter, para que ela guarde nos seus arquivos e um dia diga, que nós trabalhamos, a Assembléia trabalhou, as autoridades é que não quiseram punir aqueles que atentaram contra as crianças. Muito obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - BPD, BPP.

V - Expediente Final. Não há orador inscrito. Declaro encerrada a presente sessão.



## ESTADO DO MARANHÃO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

## PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## **PODER LEGISLATIVO**

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950. Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253

CEP.: 65010-908 - São Luís - MA

Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

#### **CARLOS ALBERTO MILHOMEM**

MÉDICOS

**JACIR DA SILVA MORAES** 

Presidente Secretário de Comunicação

#### HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MEDICOS			
Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clínica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clínica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 ás 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clínica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clínica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clínica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clínica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas
DENTISTAS			
Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

## **TEATRO**

Tenha sempre em mente uma coisa, não há método ou dica que substitui a paixão. Representar é, antes de tudo, paixão. Até mesmo o talento pode significar nada se o ator/atriz não tiver paixão. Ela é a mola propulsora, que nos faz abdicar do próprio corpo, persona, para colocar no palco um personagem vivo. Esta é a magia do teatro. É nesta hora que ficamos mais perto de Deus, pois nesta hora estamos fazendo o que melhor podemos, doando-nos aos espectadores, para lhes dar a chance de melhor compreender a existência humana.

Guy Schmiatt

## 19 DE SETEMBRO DIA DO TEATRO

